

A POLÍTICA COMO DISPUTA DAS ESPERANÇAS



TEXTOS SELECIONADOS DE
ÁLVARO GARCIA
LINERA

tricontinental

expressão
POPULAR

A POLÍTICA COMO DISPUTA DAS ESPERANÇAS

Textos selecionados de
Álvaro Garcia Linera

Esta publicação tem como atribuição de republicação a licença Creative Commons Attribution-Share Alike 2.5 India (CC BY-SA 2.5 IN). O resumo da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.5/in/>

Tradução: Rôney Rodrigues e Roberto Santana dos Santos

Revisão de tradução e preparação: Miguel Yoshida

Projeto gráfico e diagramação: ZapDesign

Capa: Ingrid Neves, Tricontinental

1ª edição: 21 de fevereiro de 2024, dia dos livros vermelhos

Sumário

Apresentação	6
A Política como disputa das Esperanças	8
Direitas racializadas e autoritárias	9
Segunda onda progressiva	14
A política como a disputa pela paixão da esperança	18
Transformações da segunda geração progressista	21
Por que a extrema direita cresce no mundo	34

Apresentação

O escritório brasileiro do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social tem a satisfação de reunir nesta publicação alguns dos textos mais recentes de Álvaro Garcia Linera, um dos mais destacados pensadores latino-americanos deste século.

São textos de combate, curtos, escritos no calor da hora do intervalo entre o golpe e a redemocratização na Bolívia e a ascensão de uma segunda onda progressista no continente, porém desprovida do vigor e da radicalidade da primeira onda, aquela que abriu flanco na hegemonia neoliberal, e ao mesmo tempo diante de uma extrema-direita radicalizada e com adesão social. São, portanto, reflexões que dizem respeito ao conjunto da esquerda, não apenas latino-americana.

Os textos aqui apresentados – com exceção de “Por que a extrema direita cresce no mundo” – foram organizados e publicados originalmente pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) em espanhol. Parte da tradução em português foi publicada pelo site Outras Palavras. A este material, acrescentamos então as reflexões de Linera a partir da vitória de Javier Milei na Argentina, publicado originalmente pela revista *Jacobin*.

Esta publicação é também parte das celebrações do Dia dos Livros Vermelhos em 2024. Todos os anos, a União Internacional de Editores de Esquerda convida militantes e organizações para celebrar a produção e organização da classe trabalhadora, tendo como marco a data de lançamento do *Manifesto Comunista* em 1848. A escolha dos textos de um intelectual orgânico, vinculado profundamente com a luta de classes e projetando os desafios e

contradições deste período histórico nos parecem a escolha apropriada para celebrarmos este dia.

Agradecemos à Garcia Linera pela gentileza em disponibilizar seus textos e esperamos que suas provocações alimentem um novo impulso de transformador em nosso continente.

Coordenação do Instituto Tricontinental
de Pesquisa Social – Brasil

A Política como disputa das Esperanças¹

Em uma década tiramos 30% da população da pobreza e da extrema pobreza. Nós convertemos o parlamento, governo e os ministérios – que eram uma reserva, um feudo privilegiado de sobrenomes, de rostos e de pele branca – em um ambiente de cobre, de indígenas, dos trabalhadores, dos moradores, das donas de casa, dos trabalhadores domésticos. Uma empregada doméstica era nossa Ministra da Justiça. Um camponês era nosso chanceler. Um mineiro era nosso Ministro de Minas. O parlamento estava cheio de cheiro de terra, coca e suor do trabalhador.

Queriam lançar o Evo do topo dos vinte e um andares da Casa de Governo ou arrastar o seu cadáver pelas escadarias, mas eles não conseguiram fazer isso. Tentaram matá-lo no avião, atiraram nele com um projétil.

Justiça e igualdade são sempre esperança. Ressentimento, escárnio e o racismo não pode ser. Essa é a direita que quer construir um mundo futuro baseado na bile e no ódio. Nós, por outro lado, temos que construir um mundo alegre, baseado em justiça e igualdade.

As reformas da primeira geração do início dos anos 2000 emergiram da sociedade e do que fizeram os presidentes de então, Kirchner, Lula, Correa, Lugo, Evo, que se converteu em política pública. Agora cabe a todos nós, e espero especialmente aos jovens, produzir, inventar, dar à luz, gerar os objetivos ou reformas da segunda geração do progressismo latino-americano e global.

¹ Tradução: Rôney Rodrigues.

Direitas racializadas e autoritárias¹

Certamente o que aconteceu na Bolívia [golpe de 2019] apresenta um certo grau de excepcionalidade. Não conseguiram vencer eleitoralmente e, por isso, recorreram à violência. No entanto, essa forma de retorno da direita também pode assumir outras formas em outras partes do continente e do mundo. Os golpes de Estado policialescos-militares não são a única maneira pela qual a direita pode recuperar o poder. Por exemplo, no Brasil, houve um golpe de Estado judicial ou *lawfare*, que se refere ao uso do poder judicial para desconsiderar a vontade do povo e as maiorias eleitorais.

Outra forma vem da mão de devastadoras cadeias de agressão midiática que, aproveitando-se do monopólio corporativo da mídia privada e de campanhas multimilionárias de manipulação nas redes sociais, destroem a opinião pública, insuflam medos artificiais na população e obtêm vitórias eleitorais adulando as “tristes paixões” de uma sociedade já degradada.

Em todos os casos, essas táticas perversas de desestabilização política encontram eficácia ao capitalizar as fragilidades do progressismo, especialmente aquelas que surgem quando há distâncias entre as elites dos governos e as organizações sociais populares que as apoiam, ou também quando estão esgotadas ou foram cumpridas *as reformas de primeira geração* de governos progressistas.

Em ambos os casos, com o golpe de 2019 aprendemos algumas lições. A primeira é que a direita que enfrentamos hoje não é a mesma do início do século XXI. Naquela época a direita do continente estava em frangalhos, o sistema de dominação da região havia sido abalado pelas grandes revoltas plebeias com as quais o século começou. Na Venezuela, na Argentina, na Bolívia, no Equa-

¹ Tradução: Rôney Rodrigues.

dor, houve grandes mobilizações sociais, em alguns casos insurreições populares, que permitiram que o horizonte das expectativas coletivas neoliberais rachasse e fosse encurralado. O Consenso de Washington já não gerava qualquer esperança – e havia perdido seu otimismo histórico.

Hoje a direita não é mais a mesma. Ela está incrustada e enfurecida. Já não mobiliza o imaginário de um universal em que todos se encaixam, mesmo os “perdedores”, pois sempre produziu a ilusão de um novo “desafio” em que o “perdedor” era outro. Hoje ela transmite um ressentimento sórdido e uma melancolia. Ressentimento contra a plebe igualada, contra a juventude pobre que põe em risco sua “segurança”, contra o migrante que ocupa empregos que ela despreza, contra as mulheres que não toleram mais a tirania patriarcal, contra os “comunistas” que querem expandir o Estado protetor. E melancolia pelos velhos tempos de glória, quando não havia progressismos, quando as mulheres estavam nas casas, quando os jovens eram vigiados, quando os trabalhadores não tinham sindicatos e quando as decisões do Estado eram tomadas nas embaixadas estrangeiras ou nos escritórios das grandes corporações empresariais.

São os nostálgicos furiosos de um passado de consensos generalizados em torno da ideologia empresarial transformada em senso comum. Hoje, essa ilusão empobrecedora explodiu em mil pedaços divergentes e, então, o que resta de seus fragmentos é uma violenta cruzada contra os “inféis” de uma ordem crepuscular e mofada. Contra os pobres, especialmente os jovens, ameaçados de prisão profilática em seus bairros. Contra os trabalhadores, aos quais é prometido o retorno de uma autocracia da precarização do trabalho. Contra as mulheres, intimidadas pelo retorno de seu encarceramento nas disciplinas da velha família tradicional. E aos indígenas, a garantia de devolvê-los ao chicote do latifúndio e da marginalidade social.

Estamos, portanto, diante de uma direita em guerra enlouquecida contra o colapso de sua velha ordem mundial. Não tenta

mais seduzir, mas aniquilar; não procura convencer, mas punir; não convoca, ameaça trajando uma armadura de ódio contra os insolentes. É por isso que ela se tornou cada vez mais autoritária, violenta e descaradamente antidemocrática.

A direita pós-ditatorial que conhecemos no final do século XX era liberal-democrática porque havia um consenso entre livre mercado e democracia eleitoral. Por que houve consenso? Porque não havia divergência entre as elites políticas. Nas décadas de 1980 e 1990, todos, de direita ou de esquerda, compartilhavam esse horizonte. A União Soviética havia caído, o Estado de Bem-Estar entrou em crise em todo o mundo e todos abraçaram o livre mercado e a globalização, inclusive os de esquerda arrependidos e derrotados. Portanto, a democracia representativa estava articulada com o livre mercado. A partir do ano 2000, isso muda. Há uma divergência entre as elites em todo o mundo e, especialmente, na América Latina. Seja por rebeliões contra as políticas de “ajuste” neoliberal ou pelo colapso das soluções de livre mercado, uma grande divergência foi desencadeada nos projetos político-econômicos dos partidos e organizações sociais. A Inglaterra se separou da União Europeia; os Estados Unidos estabeleceram a meta, com Donald Trump e, depois, com Joe Biden, de favorecer o mercado interno, ou seja, o protecionismo, sob o lema “America First”. A globalização estava bem quando eles detinham a hegemonia mundial, mas é um problema quando outros, neste caso a China ou a Índia, começam a se tornar a fábrica do mundo e nos inundam, inclusive os Estados Unidos, com seus produtos.

A pandemia de covid-19 exacerbou essas contradições. Para enfrentá-la de forma global, as soluções de mercado foram abandonadas. Todos se voltaram para o Estado, começando pelas bolsas de valores e os CEOs das megacorporações que imploraram aos Estados para que emitissem dinheiro para pagar salários, recomprar ações e pagar dívidas. Foram os bancos centrais dos EUA, da Inglaterra e do resto da Europa – isto é, instituições do caluniado espaço público que distribuíram dezenas de trilhões de dólares por

toda parte – e não Wall Street que salvaram o capitalismo mundial da pior crise econômica dos últimos cem anos.

Essa fratura do consenso mundial em torno do livre mercado, essa nova disputa entre o protecionismo, por um lado, e o livre comércio, por outro, essa renovada exigência do Estado para corrigir a tragédia social produzida pela globalização está marcando o crepúsculo de um modelo neoliberal que não está disposto a se aposentar sem antes gerar uma batalha patética e raivosa. Sua violência é inversamente proporcional à sua legitimidade. E é por isso que a centro-direita se rebaixou, transformando-se em uma extrema-direita autoritária e racializada. O golpe de 2019 na Bolívia é um exemplo extremo. Mas não é uma exceção irreprodutível, é uma tendência.

Também não é por acaso que nos EUA, uma das democracias liberais mais antigas do mundo, o Parlamento foi invadido em janeiro de 2021 e os perdedores das eleições falaram de fraude; ou que na Espanha um famoso romancista de filiação liberal assinou que “o importante da democracia não é que haja liberdade de escolha, mas que ela seja uma boa escolha”. Isto é, se eles não escolhem “bem”, ou seja, os do seu próprio grupo, então é melhor tirar o direito de escolha das pessoas. Esta ameaça vai diretamente para os pobres, para os humildes, para os camponeses, porque são propensos a escolher “populistas”, “de esquerda”, o que significa que escolhem “mal”. De acordo com essa perspectiva instrumentalista, a democracia é boa desde que seu setor vença. Quando perde, já não é boa, então que venham os tanques, os aviões e os helicópteros para fazerem o trabalho sujo. Essa coisa que pensávamos que havia ficado nos anos 1970 e 1980, mais uma vez se assoma no horizonte e é algo com o qual temos que ter muito cuidado num futuro imediato. E não é apenas uma degeneração política da América do Norte ou do Sul. É mundial. Quando se vê prestigiados filósofos franceses e alemães incitando novas versões de guerras religiosas com a intenção de proteger a “pureza” da cidadania europeia diante da migração, ou pedindo a formação de um exército europeu

para conter a ameaça “asiática”, notamos que estamos diante de um liberalismo corrompido, que apela ao racismo e ao militarismo para resguardar seus feudos encolhidos.

Paralelamente, essa direita reciclada inovou em seus métodos e meios de incidência. Não só ocupa as instituições, manipula oligopólios midiáticos, financia partidos políticos, esbanja financiamento empresarial; agora também ocupa as ruas, trava guerras ideológicas moleculares, alimenta narrativas de ódio e revanchismo. Ela aprendeu as lições dos últimos vinte anos, quando a esquerda tinha o monopólio das ruas e das estratégias moleculares de formação da opinião pública. É uma direita, digamos, mais “gramsciana”, que aprendeu com o que aconteceu nas últimas décadas, o que gera uma situação mais complicada. Aliás, às vezes eles ocupam mais as ruas do que nós. E isso é um grande erro porque a rua, o bairro, a fábrica, a universidade, a praça, a marcha, a assembleia, a ação coletiva devem ser sempre nosso território, o território do progressismo, da esquerda, dos revolucionários.

Dali viemos, dali somos, dali construímos tudo. Mesmo a luta pelo poder institucional é frágil se não for correlacionada com a presença ativa e o protagonismo das ruas.

Segunda onda progressiva¹

Analisemos agora a situação em que se encontram as forças progressistas e de esquerda que chegaram ao poder. Elas apresentam mudanças e, inevitavelmente, dificuldades.

A primeira onda progressiva, que ocorreu entre 2000 e 2015, foi sem dúvida a década mais virtuosa dos últimos cinquenta anos em nosso continente. 70 milhões de pessoas que antes dormiam com fome foram retiradas da pobreza e da extrema pobreza para ingressarem numa situação de renda média. Isso significa que a pessoa que nos vende doces na esquina, que o jovem trabalhador precário que trabalha em uma fábrica, que a vizinha que mora em um quartinho alugado com seus três filhos e não tem emprego, naquela década eles puderam encontrar um emprego digno, ou economizar um pouco para comprar um pedaço de terra, ou melhorar a alimentação de seus filhos, ou mandar sua filha para a universidade, ou ampliar seu pequeno negócio, ou pagar a prestação do apartamento; ou seja, significou uma revolução material nas condições de vida de milhões de famílias humildes e trabalhadoras.

Nessa década os salários melhoraram, houve um enorme crescimento econômico e a riqueza foi redistribuída. O caso da Bolívia pode servir de ilustração: se no início desse período 6 em cada 10 bolivianos eram pobres e 4 em cada 10 eram extremamente pobres, em uma década essa situação melhorou para 3 e 1 em cada 10, respectivamente. A economia cresceu em média 5% ao ano por 13 anos consecutivos. O salário mínimo de um trabalhador boliviano – o país mais pobre da América Latina depois do Haiti – também passou de US\$ 42 para US\$ 302 no mesmo

¹ Tradução: Rôney Rodrigues.

período. Milhares e milhares de famílias camponesas deixaram de recolher água das poças para beber e puderam abrir uma torneira em casa para desfrutar de água potável. As salas de aula rústicas com goteiras e lousas imaginárias de escolas públicas de bairros populares e do interior deram lugar a grandes prédios modernos, onde as crianças aprendem e comem com dignidade. O indígena e o camponês, sempre pobres e discriminados, não só foram reconhecidos e retirados da pobreza, mas também se tornaram poder estatal para reorganizar a fisionomia do comum de uma sociedade plurinacional.

Temos experimentado essas mudanças, com maior ou menor intensidade, em todo o continente que se tornou “rosa” ou “vermelho”, ou seja, majoritariamente progressista. No entanto, a partir de 2015, a primeira geração de reformas começou a ser cumprida e, ao se cumprir, começou a se esgotar. Porque hoje essas reformas que fizemos na primeira onda já são insuficientes diante da crise ambiental, da crise médica que vivemos e da crise econômica que desencadeou tudo isso. O mundo regrediu economicamente. Em média, a América Latina caiu nove pontos em seu produto interno bruto, ou seja, voltamos à riqueza que tínhamos em 2008 ou 2010. A pandemia ainda é uma ferida aberta que trouxe mais pobreza, fechou negócios, gerou desemprego e endividamento e debilitou a riqueza social, ou seja, um panorama muito complexo. Então, as reformas da primeira geração do progressismo, que já vinham dando sinais de enfraquecimento, tampouco têm a iniciativa para enfrentar de maneira duradoura e sustentável essas novas circunstâncias históricas desencadeadas pelo “grande confinamento” de 2020-2021.

Estamos, portanto, diante de um fato paradoxal que caracteriza o mundo: nem o neoliberalismo propõe um plano de longo prazo que não seja um mero retorno violento e melancólico ao passado, tampouco o progressismo apresenta um horizonte com capacidade de superar as dificuldades que emergiram da pandemia e da crise econômica e ambiental. É assim que se produz esse

momento de estupor coletivo, de certa paralisia, em que o tempo parece estar suspenso. É um tempo liminal. Tomamos consciência do tempo que passa apenas quando imaginamos uma linha concatenada de eventos que se dirigem a um fim. Talvez nunca saberemos ao certo qual é esse fim, mas em nossa imaginação organizamos nossas vidas, nosso cotidiano, nossas relações com nossos parceiros, nossa universidade, nossa turma, nossos amigos, em uma concatenação voltada para um objetivo que funciona como horizonte. Mas quando isso desmorona porque não sabemos se estaremos vivos em um ano, se manteremos nossos empregos, se poderemos economizar ou se nossa filha poderá ir para a escola ou universidade, ou seja, quando nossa capacidade de vislumbrar de forma imaginativa o futuro é quebrada, como agora, o tempo para. Embora o tempo físico continue passando, o tempo social parece dilatado; acontecem uma infinidade de coisas cotidianas e ainda assim é como se estivesse parado porque não há mais uma concatenação de eventos orientados para um destino imaginado. A incerteza é o espírito da época.

Estamos diante de um portal em que sabemos o que não funciona mais, o que está errado, o que nos incomoda; mas não sabemos o que irá superá-lo, o que está por vir.

Esta é uma característica atual do tempo que se acentua porque os projetos políticos em conflito se mostram fracos em disputar o imaginário da esperança coletiva; tanto o neoliberalismo requentado e zumbi que persevera e não é mais capaz de conquistar o otimismo diante da história, quanto o progressismo da primeira onda, que fez um bom trabalho, mas não está conseguindo delinear a próxima onda de reformas. Então, em geral, existe esse momento paradoxal, tempo suspenso ou liminal. O importante nestes tempos paradoxais é a suspensão do horizonte preditivo. Durante tais lapsos, a angústia e o estupor passa para, mais cedo ou mais tarde, uma disponibilidade a novas crenças, o que produz uma crise cognitiva. As pessoas podem suportar um, dois ou três anos com o tempo suspenso, mas em algum momento precisam

se agarrar a um futuro, mais ou menos realista ou fantasioso, mas portador de certezas imaginadas. Os humanos são, acima de tudo, seres de crença. Essa é a grande diferença entre os seres humanos e os demais seres vivos: precisamos inventar uma crença sobre como será o porvir.

A política como a disputa pela paixão da esperança

Hoje estamos no estágio de estupor universal, mas mais cedo ou mais tarde virá a etapa da disponibilidade cognitiva para revogar velhas crenças – e colocar novas em seu lugar. E, nesta luta de novas ideias-força, duas tendências se enfrentam hoje. De um lado, as direitas, que levantaram a bandeira de uma nova guerra santa e se apresenta como os novos cruzados, com seus capacetes, suas couraças, seus escudos e suas lanças. Elas pretendem enfrentar os supostos novos inimigos da liberdade, que seriam os progressistas, os “populistas”, os indianistas, os “comunistas”. Quando a prefeita ultraconservadora da Espanha disse: “o indianismo é o novo comunismo”, ela estava apelando para aquela maneira maniqueísta de dividir o mundo, típica dos anos 1950. Hoje não há muitos comunistas, mas não há dúvida de que o comunismo é para o capitalismo o espectro aterrorizante de sua própria morte, a lembrança perpétua de sua contingência. O que temos agora é o progressismo, e dentro dele estão os comunistas, os socialistas, os indianistas, os nacional-populares etc. Mas o que englobamos sob o nome de “progressismo” tornou-se o grande inimigo das direitas. E para elas não é apenas um adversário político, mas – o que é pior e mais grave – um inimigo moral.

A outra força em conflito, que ainda luta timidamente pela organização desse horizonte de previsibilidade do futuro, é a esquerda, o progressismo, o nacional-popular. E é aqui que temos uma obrigação ou responsabilidade histórica: recuperar para o nosso lado as bandeiras da esperança, porque a política é, em essência, a condução das esperanças coletivas e o Estado, como síntese hierárquica da sociedade, é o monopólio dessas esperanças.

Por isso, quem monopoliza ou administra os desejos coletivos torna-se um poder de Estado. Nessa disputa, o que vai acontecer no continente vai depender de quais são as forças que delineiam a nova geração de esperanças da sociedade, e não podemos parar por aí. A primeira onda de esperanças e reformas progressistas nasceu no início do século XXI e durou uma década e meia. Ela cumpriu seu ciclo. Agora cabe a todos nós, e especialmente aos jovens, gerar, lutar, produzir os objetivos ou reformas da segunda geração do progressismo latino-americano e mundial capazes de recuperar o entusiasmo na luta pela igualdade, justiça social e comunidade universal. Este programa de novas e mais radicais transformações do Estado, da economia e da sociedade não surgirá de uma ruminância isolada, de um esforço especulativo de como o mundo deveria ser. São criações coletivas que correspondem ao espírito de uma época, a tudo que emerge como expectativa coletiva em meio e contra o desespero, o estupro e a paralisia. Ou seja, é um produto social; não apenas um produto governamental ou acadêmico. As reformas de primeira geração também emergiram da sociedade, e o protagonismo dos líderes progressistas que acompanharam essas mudanças surgiu justamente de sua capacidade de entendê-las, de dar-lhes um corpo representável, uma narrativa bem fundamentada e eficiência na tomada de decisões a partir do governo.

As reformas de segunda geração dessa nova onda progressista também devem estar enraizadas na sociedade, ou seja, ser fruto do nosso debate, das nossas marchas, das nossas mobilizações, dos nossos escritos, das nossas pesquisas, das nossas assembleias. Em meio ao mal-estar que quer sufocar o horizonte, de forma encoberta, fragmentada, até certo ponto caótica, estão os lampejos de esperança coletiva. E a tarefa de um líder social, de um líder político revolucionário, de um pesquisador comprometido com a igualdade, é separar essa esperança da escória que a aprisiona ou deforma, ajudar a articulá-la com as esperanças de outros setores populares, condensar melhor sua enunciação para dar lugar à sua irradiação molecular mobilizadora. Se o espírito da época é

realmente capturado, essas propostas rapidamente se colam como demanda social, porque se enquadram no quadro de expectativas e disponibilidades das pessoas e tornam-se senso comum popular em ação.

Transformações da segunda geração progressista¹

Alguns dos eixos em que poderiam ocorrer essas transformações que nos permitem recuperar a iniciativa histórica e a iluminação de emoções e esperanças mobilizadoras são:

1. *Uma reforma fiscal substantiva.* A economia mundial entrou em colapso devido à pandemia. O continente mais afetado é a América Latina, que sofreu uma queda do PIB de 9%, enquanto no resto do mundo esta ficou entre 5 e 6%. Além disso, isto aconteceu numa altura em que estávamos habituados a um crescimento de 3% a 5% nos nossos países. O colapso de 2020 e 2021 gerou uma seqüela de pobreza, encerramento de empresas e frustrações sociais. E como são enfrentados os problemas econômicos? Existem apenas duas maneiras: ou o ajustamento aos salários ou o ajustamento à riqueza. Não há mais formas de relançar a produção, cobrir o déficit fiscal, melhorar a saúde pública gratuita, realizar obras públicas, apoiar os pequenos produtores, ampliar os direitos sociais.

E é claro que, se a direita chegar ao governo, pela força ou por eleições, fará um reajuste salarial, não para melhorar o bem-estar social, mas para acabar com o déficit fiscal e garantir taxas de rentabilidade mais elevadas aos grandes investidores privados. Foi o que fizeram durante quarenta anos de neoliberalismo e é o que farão novamente: congelamento ou redução de salários, eliminação de benefícios sociais, privatização da poupança pública, insegurança no emprego, endividamento familiar para

¹ Tradução: Rôney Rodrigues.

sobreviver etc. Isto é, irão mais uma vez insuflar as condições de explosões sociais.

Devemos sair desse círculo diabolicamente falho de desigualdade social-protesto-desigualdade social.

Precisamos de um longo percurso histórico de igualdade e bem-estar social generalizado, sustentado pela produção ambientalmente sustentável de riqueza social democraticamente distribuída.

E para fazer isso, a esquerda e o progressismo não podem afetar os salários. Pelo contrário, têm de afetar a grande riqueza, a grande propriedade, para proteger o assalariado e o pequeno proprietário, proporcionando-lhes condições de prosperidade e justiça. Isto começou a ser feito durante a primeira onda progressista continental e hoje, em tempos de crise econômica, com maior razão e urgência deve ser feito de forma ainda mais profunda.

São diversas as técnicas que estão sendo discutidas nesse sentido: impostos elevados sobre grandes fortunas, grandes ativos, grandes lucros, grandes heranças; repatriação e tributação de fundos em paraísos fiscais etc. Até o G-7 e a OCDE estabeleceram um imposto mínimo de 15% sobre os lucros das sociedades empresariais, incluindo sociedades financeiras, nos países onde operam. Eles sabem que precisam se ajustar um pouco à riqueza e depois ajustar muito ao salário. Temos que aumentar ainda mais esse imposto, acima de 50 ou 70%. Após a Segunda Guerra Mundial, tanto os EUA como a Europa aumentaram os impostos sobre as grandes empresas para 80 ou 90%, angariando dinheiro para financiar o estado de bem-estar social do pós-guerra.

Hoje, grande parte da arrecadação de impostos na América Latina vem do consumo específico (IVA), o que faz com que um trabalhador pague até 25% do seu salário em impostos, já que um trabalhador dedica em média 50% da sua renda ao consumo básico. Por outro lado, um rico, que paga a mesma percentagem de IVA que o trabalhador, não dedica nem 1% do seu rendimento à satisfação de necessidades básicas. Portanto, proporcionalmente

ao seu rendimento, os pobres pagam muito mais impostos do que os ricos. Isto não foi substancialmente modificado durante a primeira onda progressista e agora é um desafio de extrema importância neste novo tempo.

Impostos extraordinários sobre as grandes riquezas em tempos extraordinários: este é um caminho indesculpável para financiar a criação de empregos de emergência nas obras públicas, para melhorar os rendimentos dos trabalhadores, para apoiar a reconversão técnica dos pequenos produtores, para garantir uma educação e uma saúde pública de qualidade gratuita.

2. *Repatriação de fortunas em paraísos fiscais.* Um paraíso fiscal é um mecanismo por meio do qual os milionários evitam pagar impostos sobre os seus lucros nos países onde são gerados. Um exemplo paradigmático é o do milionário boliviano Doria Medina, que vendeu a sua cimenteira a outra empresa sua estabelecida num paraíso fiscal. A quantia era, digamos, 100; Por essa transação ele pagou uma percentagem mínima de impostos. Depois, a sua empresa no paraíso fiscal concluiu a venda definitiva a um investidor mexicano pelo valor de 300, evitando assim o pagamento de dois terços dos impostos que lhe correspondiam no país de origem. O mesmo mecanismo de fraude fiscal é realizado na venda de soja, produtos manufacturados, imóveis etc.

A União Europeia estima que 10% da riqueza mundial está localizada em paraísos fiscais, evitando o pagamento de impostos. A fuga de dinheiro na América Latina, principalmente para paraísos fiscais, entre 1980 e 2017, seria de cerca de 40% do PIB continental e está estabelecido que só na Suíça existem 180 bilhões de dólares de proprietários latino-americanos. Em 2018, o maior empréstimo da história feito pelo FMI, e que será pago por todos os argentinos, serviu para alimentar a fuga de dinheiro para o exterior por parte de alguns milionários.

Agora é necessário que todo esse dinheiro regresse aos seus países de origem para promover atividades econômicas que ajudem a superar a crise. Uma opção para o conseguir é legalizar

uma “anistia” que permita a repatriação desse dinheiro por meio do pagamento de uma multa fixa e da garantia da propriedade e livre disponibilidade desses recursos. Produz-se assim uma nova injeção de capital que impulsiona as atividades produtivas. Após um período de tempo, aquelas empresas ou milionários que não optassem por esta possibilidade teriam que ser submetidos à coação legal sobre suas propriedades, proporcionalmente aos valores dos impostos fraudados da sociedade etc.

3. *Nacionalizações seletivas de grandes empresas.* Existem setores altamente lucrativos da economia envolvidos em áreas estratégicas do bem-estar público. Deveriam ser nacionalizados para permitir que os elevados lucros fossem utilizados para financiar programas de emprego jovem ou um novo direito social universal. A Bolívia nacionalizou os hidrocarbonetos, parte das telecomunicações, da geração de eletricidade e da água potável. Isso ajudou a garantir um crescimento de 5% durante mais de uma década, a implementação de um rendimento universal para a velhice, um subsídio universal para pré-natal e amamentação etc.

4. *Transição energética com industrialização.* A catástrofe climática é uma realidade factualmente demonstrável. Isto causa comoção em todos os ecossistemas planetários, com efeitos calamitosos nas condições de existência de todos os seres vivos, incluindo os humanos. Os efeitos são universais, mas as causas são privadas. Segundo a OXFAM, os 10% ricos da população mundial são responsáveis por 52% das emissões de carbono acumuladas desde 1990; e os 1% mais ricos causaram 3 vezes mais emissões de carbono do que os 3,1 bilhões de pessoas mais pobres. Cabe a esses 10%, culpados fundamentais das alterações climáticas, assumir nas suas propriedades, empresas, riqueza e consumo os custos, restrições e proibições necessárias para reduzir as emissões de carbono. Eles são o problema, não a sociedade. É por isso que as diversas campanhas sociais para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, como a cessação do uso de sacolas plásticas, embora demonstrem uma consciência coletiva sobre o meio ambiente,

não resolvem em nada as causas da catástrofe climática causada pela grande propriedade e pela sede de lucro corporativo ilimitado, capaz de devorar na sua fome as próprias condições materiais da vida.

Cada país e cada pessoa devem assumir a sua responsabilidade face ao aquecimento global, mas não cabe aos países em desenvolvimento ou aos trabalhadores arcar com os custos de uma orgia de natureza predatória causada pelas oligarquias dos ricos globalizados.

Não se pode pedir a alguns países que se tornem guardas florestais fossilizados no tempo, enquanto outros continuam com um sistema económico que devora vorazmente o trabalho humano e a natureza para excretar lucros corporativos.

No caso da América Latina, isto implica uma estratégia de redução gradual das emissões de gases com efeito de estufa, de diminuição gradual das atividades extrativas, mas preservando e ampliando os direitos sociais e o bem-estar social de toda a população. É por isso que é tão importante que a atual cadeia de hidrocarbonetos e mineração esteja sob controle estatal ou sujeita a altas taxas de imposto sobre os lucros, pois isso garante que os sacrifícios ecológicos que ainda são necessários neste período de transição para uma economia ambientalmente sustentável garantam a segurança social justiça e bem-estar material expansivo para a população trabalhadora. Só esta “alavanca” de melhoria substancial das condições de vida de toda a população justifica, temporariamente, a continuação das atividades extrativas, e serão precisamente essas conquistas de bem-estar material na saúde, educação, habitação, serviços básicos, emprego e tecnologia que permitirá passar, nas próximas décadas, para uma economia com baixo impacto ambiental.

O lítio oferece uma oportunidade excepcional para implementar os componentes de uma transição ambiental continental com justiça e bem-estar social. Este mineral é chamado para se tornar o coração da conversão global de energia. A Europa, os

EUA e a China vão substituir os seus bilhões de carros a combustão por sistemas elétricos que devem ser armazenados em potentes baterias de lítio. A utilização de carvão, petróleo ou gás para gerar eletricidade para cidades, vilas e fábricas será substituída pela energia solar, eólica ou geotérmica que, para ter continuidade durante o dia e a noite, deve ser armazenada em baterias de lítio. Este trânsito já começou há anos na China. Os trilhões de dólares de “flexibilização quantitativa” destinados ao relançamento das economias do G-7 têm esta grande substituição energética como principal componente. E tudo gira e girará nas próximas três décadas em torno do lítio.

México, Peru, Argentina e Bolívia possuem 67% das reservas de lítio em seus territórios. Esta é a grande oportunidade continental para assumir uma posição de força estratégica na cadeia global da indústria do lítio. Esta posição envolve tudo, desde garantir preços de monopólio que equilibrem os fluxos de dinheiro a favor do continente, até envolver-se não só na industrialização, mas também na gestão do financiamento e na coordenação do negócio, onde os lucros são várias vezes superiores à mera venda de matéria-prima.

Além disso, podem ser combinadas a demanda da indústria automotiva continental, o fornecimento de insumos e acessórios de inúmeras indústrias privadas regionais, a assistência técnica de centros de pesquisa e tecnologia das principais universidades do continente etc.

A indústria do lítio tem todos os componentes do que a economista Mariana Mazzucato chama de “tiro para o futuro” em que as melhores energias sociais do continente unem forças para obter um resultado coletivamente benéfico para a população, mas em que, além disso, se desencadeiam efeitos multiplicadores absolutos que dinamizam as demais atividades econômicas dos países nas décadas seguintes.

5. *Democratização do novo ciclo de aumento dos preços das matérias-primas.* Em 2021, as chamadas *commodities* tiveram um au-

mento espetacular de preços. O FMI fala num aumento do preço das matérias-primas de 27% face aos preços dos anos anteriores. O petróleo passou de uma média de US\$ 55 por barril WTI para US\$ 85; soja, de 350 dólares a tonelada para 520; milho, de 150 a 210 por tonelada; o estanho teve um aumento de 93%, atingindo o preço de 18 dólares por libra fina. Por sua vez, o cobre aumentou 28%; alumínio, 41%; café, 23%; algodão, 44%; madeira, 33%. O preço do lítio aumentou 500%, passando de US\$ 10.000 por tonelada de carbonato de lítio para US\$ 59.000.

Não sabemos quanto tempo durará esta tendência ascendente; talvez cinco anos, talvez mais. Mas os lucros que gerar a partir de agora deverão beneficiar toda a sociedade e não apenas alguns investidores. O melhor seria que o principal proprietário destas atividades fosse o Estado, com cláusulas específicas de poupança e investimento social dos rendimentos das matérias-primas. Esta é uma questão de pressão social e não de vontade do governo. E onde isso não for alcançado, devem ser estabelecidos impostos extraordinários vinculados a um índice de preços mínimo acima do qual os novos lucros passam principalmente para as mãos do Estado.

6. *Promoção da economia digital diversificada.* Uma das mais recentes transformações técnicas dos processos de trabalho é a digitalização, parcial na maioria dos casos, e total em determinados segmentos de produção e serviços. Se o setor privado pode lucrar com isso, porque é que o Estado não poderia fazê-lo também para socializar os lucros?

Se o Estado investe em educação, forma profissionais, cientistas, ganhadores do Prêmio Nobel; subsidia pesquisas; garante infra-estruturas de comunicação, não é correto que toda essa informação, essa preparação e esse capital sejam utilizados exclusivamente pelo setor privado.

Não quero negar a capacidade criativa do setor privado ou a possibilidade de este beneficiar dos seus investimentos, mas o Estado também pode desempenhar um papel de liderança num setor altamente rentável e em expansão; quer apoiando ou subsidiando

importantes áreas de produção de conhecimento na área digital, quer apostando em empresas públicas que tenham capacidade de gerar valor acrescentado em pequena, média ou grande escala. Existe a possibilidade de emprego, de captação da criatividade dos jovens, das universidades, dos empreendimentos individuais e associados. O Estado não só tem de se envolver no gás, no petróleo e nas telecomunicações, mas também pode aventurar-se nesta área que terá um desenvolvimento muito grande no futuro.

O conhecimento está se tornando a principal riqueza ou força produtiva da sociedade moderna; É, portanto, necessária a intervenção do Estado, não só para subsidiar ou proteger em situações de falência, mas também para garantir a rentabilidade de uma parte desses lucros.

7. Redução da pobreza e das desigualdades. Nos próximos anos será necessário reforçar o papel do mercado interno em determinadas áreas estratégicas, reduzir drasticamente a pobreza e distribuir a riqueza. Em todo o mundo e no continente em particular, os números são dolorosos, a pandemia atrasou-nos. Hoje no mundo há mais pobreza e muito mais desigualdade do que há dois anos. E se não forem tomadas medidas radicais e rápidas contra ambos, estas feridas sociais herdadas da pandemia se instalarão no imaginário coletivo como resultados de uma gestão progressista.

Bem, é apropriado estabelecer um objetivo audacioso mas alcançável em cinco anos: reduzir a pobreza extrema, por exemplo, para 5%, e a pobreza para menos de metade do que é agora. Devemos comprometer-nos com objetivos sociais radicais, especialmente se tiverem a ver com a situação das classes sociais necessitadas. Aos jovens que hoje não têm emprego, aos pequenos proprietários endividados, aos assalariados precários que têm de ter dois empregos para comer mal, devemos mostrar-lhes que vamos caminhar com eles para que, em seis meses, um ano ou dois, sua vida melhore. Um governo progressista é progressista porque luta fundamentalmente pelos humildes, pelos pobres, pelos tra-

balhadores, pelas pessoas necessitadas. E devemos ter a coragem histórica de traçar um roteiro coletivo para superar os problemas que assolam as classes populares.

8. *Democratização da grande propriedade.* Muitas das iniciativas mencionadas requerem uma articulação virtuosa entre a ação coletiva e a estrutura estatal. Isto porque o Estado é, em última análise, o monopólio comum de uma sociedade. Nesta qualidade paradoxal de unir num nó relacional político as principais coisas que os membros de uma sociedade têm em comum com a administração elitista e monopolista desses bens comuns, reside a sua força de legitimação e dominação. O Estado é uma forma política institucional e hierárquica de existência da sociedade. Todos somos atravessados hierarquicamente pela relação estatal. E se a força de dominação econômica da grande propriedade for imposta despoticamente à sociedade em todos os domínios da vida, o Estado condensará inevitavelmente nas suas decisões, e na composição do seu monopólio, esta omnipresença da riqueza, do capital, sobre o trabalho, sobre as pessoas. Mas se o antagonismo social, a ação coletiva, o protagonismo popular forem implantados molecularmente em múltiplos espaços da vida coletiva, a forma estatal se condensará na composição social daqueles que administram o monopólio do comum, nas suas decisões, nas suas políticas públicas, força desta irrupção social. É por isso que toda luta política revolucionária, que modifica a correlação de forças na sociedade, envolve também a luta pelo poder do Estado. Assim, o progressismo conseguiu emergir e realizar transformações a partir do Estado, porque foi alimentado pela irrupção plebeia na política.

Mas também pode haver momentos em que o protagonismo da sociedade industriosa ultrapasse a forma estatal, ou seja, considere formas de comunidade política, de criação de bens comuns de toda a sociedade, sem a mediação dos monopólios dos bens comuns, ou seja, fora, acima ou abaixo do Estado. E isso pode ocorrer no interior das grandes empresas na busca pela democratização da propriedade construída com o trabalho social de todos, na gestão

das necessidades básicas, na conquista de um novo direito, na disputa coletiva pelo uso de orçamentos ou recursos públicos, na interpelação popular a certas decisões governamentais etc. Estes são momentos extraordinários daquilo que Gramsci chamou de “Estado Integral” ou produção auto-organizada de bens comuns e universais. Se esta insurgência social ocorrer, o poder governamental progressista não deve mutilar estas experiências e, pelo contrário, deve promovê-las e ajudar a expandi-las porque, no final,

A força e a continuidade do progressismo como porta-estandarte das mudanças sociais para a igualdade são sustentadas pela acção colectiva das classes populares. Sem eles, a diferença com qualquer força política tradicional dilui-se.

Poderíamos continuar listando possíveis reformas e transformações, talvez algumas já tenham sido feitas, talvez outras não. Mas o importante é que temos de construir e manter um horizonte mobilizador; temos que desenhar uma imagem do futuro; temos que levantar novamente as bandeiras do futuro em torno das quais unificar o nacional-popular, a esperança de dias melhores para o povo. Quem administra o futuro de uma sociedade é o governo, é o poder e é o Estado. Se a bandeira do futuro imaginado, desejado e esperançoso permanecer nas mãos da direita, a direita será o poder. Se levantarmos novamente as bandeiras, sejam estas ou outras, mais ou menos radicais, mas, em suma, algumas bandeiras aninhadas na alma plebeia da sociedade, um pacote de projetos sentidos pelos setores populares, de missões de médio prazo de bem-estar, sendo social, a direita não vai voltar, vai ser derrotada novamente. Mas isso implica uma batalha de ideias, pensamentos, imaginações, ideologias e ações práticas.

Pelas características do tempo que vivemos hoje, pelas limitações próprias e externas que vivenciamos para o desenho do horizonte preditivo de médio prazo, que é uma questão planetária e não meramente continental, o mais provável é – e devemos estar preparados para isso – que estamos enfrentando vitórias e derrotas temporárias. Ainda não estamos em condições de uma vitória

a longo prazo. Embora essa vitória duradoura seja o meu maior desejo, tenho de ser intelectualmente honesto com vocês: uma vitória a longo prazo não é possível, tal como não somos capazes de monopolizar o horizonte preditivo a longo prazo da sociedade. Imaginar que vamos entrar num segundo ciclo ou onda progressiva semelhante à de 2003 que nos dará dez ou quinze anos de horizonte não é verdade. Hoje o mundo é mais complexo, é mais difícil, há mais limitações e contradições. Joe Biden venceu, mas Donald Trump poderá vencer novamente, ou Biden novamente. A esquerda venceu na Alemanha, mas o segundo ou terceiro lugar de Angela Merkel poderá regressar a curto prazo; a direita ou a extrema direita podem vencer em França. Ou seja, o arco de possibilidades é indeterminado. Porque? Porque ainda não conseguimos consolidar um horizonte preditivo em torno do qual convergirão mais expectativas, mais sociedades, mais povos e depois estaremos em condições de definir um horizonte global de longo prazo, por exemplo, vinte ou quarenta anos.

Então, chegam tempos agitados, de muita luta. Vencemos, mas com risco de perder na próxima disputa eleitoral; e essa perda também será temporária, porque também não têm um horizonte de longo prazo estável, hegemónico, sedutor, que dará novo alento ao progressismo e à esquerda, e assim por diante, ao longo desta década.

Porém, alguém tem que construir esse horizonte. Esta será uma década de construção, estamos no laboratório da história; É um momento excepcional. Entre 1945 e a década de 60, no nosso caso, foi construído o Estado-Providência nacional-popular, que teve como correlato um processo de substituição de importações. Da década de oitenta até 2005 ocorreu o retrocesso histórico provocado pelo neoliberalismo. O que virá a seguir? Será o progressismo global? Talvez. Será um neoliberalismo raivoso, autoritário e fascista? Talvez. Tudo é possível. Do que isso deve depender? Do que fazemos.

O progressismo latino-americano começou num país, irradiou-se para outros que convergiram e conseguiram consolidar-se

durante uma virtuosa década e meia. Agora já não basta que a sua projeção seja continental.

O novo horizonte progressista ou esquerdista deve ser um produto global. Quando é definido? Nestes anos. Com quem? Connosco, com base no que fazemos ou deixamos de fazer, no que organizamos ou debatemos.

Como qualquer momento liminar, combina angústia, estupor com disponibilidade coletiva. É o portal que fecha o que conhecíamos e que abre o vazio do que ninguém sabe o que será. Quem dará conteúdo a esse significantemente vazio? Aqueles que podem produzir segurança social. Aqueles que têm maior probabilidade de o fazer são aqueles que têm dinheiro, influência passada, poder militar, poder mediático, que procurarão criar o significado do mundo sob um novo padrão de reprodução dos seus privilégios. No entanto, a sua vitória não está garantida, porque são eles a causa desta absoluta incerteza e agitação social. O tempo liminar é, portanto, também o de uma vitória conservadora suspensa. Mas a disponibilidade social para novas certezas possibilita a possibilidade de outros possíveis rumos futuros, progressistas, socialistas, comunitários.

Nestes momentos, a história revela-se como um acontecimento fortuito. E aí vocês, jovens, que têm menos laços mentais com o passado, que procuram imprimir na história o selo da sua criatividade, têm que ter a audácia de arriscar acender uma luz, de inventar aqueles outros possíveis cursos de ação de igualdade e comunidade universal. Nós, que viemos de muitas lutas anteriores, iremos atrás das novas gerações para aprender com vocês, para contribuir com sua ousadia, para que vocês não retrocedam e sigam em frente. Mas são os jovens, os trabalhadores, os estudantes, os profissionais, os agricultores e os povos indígenas que devem liderar este processo.

Um momento liminar é angustiante, às vezes frustrante, mas também é um momento especial porque é quando tudo pode ser criado. Como não há futuro, ele pode finalmente ser criado. To-

dos nós precisamos nos apegar a uma certeza; Mais cedo ou mais tarde, bom ou mau, terá de haver um futuro, uma nova esperança mobilizadora que nos ajude, de forma imaginativa, a reconstruir um sentido de tempo histórico. Lutemos para que este destino seja de solidariedade, de igualdade, de bem-estar universal.

Não é hora de desistir ou se decepcionar, é hora de nos esforçarmos mais. Se superamos as adversidades recentemente, por que não podemos superar adversidades maiores agora? Embora seja mais complicado, temos a obrigação de fazê-lo.

Então, jovens da universidade, dos bairros, o futuro é para ser inventado coletivamente. Assuma riscos repetidas vezes. Se você falhar e cair, levante-se novamente e faça melhor. Porque a maneira mais sublime de viver é gastá-lo obsessivamente com todos os outros.

Por que a extrema direita cresce no mundo¹

Nos últimos anos, o mundo inteiro tem presenciado o fortalecimento de forças políticas de direita. Estas organizações se lançaram não só a combater toda proposta progressista ou de esquerda que pretenda ampliar a proteção estatal da sociedade, mas também em atacar as próprias organizações tradicionais da direita por não promoverem vigorosamente as leis do mercado, ter cedido terreno ao progressismo cultural e permitido o que consideram uma degradação moral da ordem social.

As direitas autoritárias assumem-se como porta-estandarte de uma “sagrada cruzada econômica” para salvar o mercado e a “liberdade” contra qualquer indício de estatismo ou coletivismo, e como parte de uma regeneração espiritual para restabelecer a própria ordem moral do mundo, começando pelo pater familias na casa, o patrão na empresa, a pele branca na história nacional e Deus no controle das almas.

Em alguns casos, paradoxalmente, misturam o apego aos preceitos neoliberais com a ideia de uma pátria de proprietários, como faz Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil ou Abascal na Espanha. Em outros casos, promovem receitas primitivas de livre mercado, como Kast no Chile, Milei na Argentina ou Meloni na Itália. Consideram que existe uma ordem natural da humanidade que emerge unicamente das regras do mercado e que qualquer desvio desta não é apenas ineficiente, mas prejudicial e ofensivo. Coletivamente odeiam o Estado, propõem a redução dos impostos

¹ Tradução: Roberto Santana Santos.

sobre os ricos e juram que os direitos coletivos são um roubo e que qualquer bem público deve ser privatizado.

Abaixo, seguem seis hipóteses que buscam explicar o crescimento e a configuração dessas direitas autoritárias.

Primeira hipótese: A extrema direita é autoritária e não democrática

Ainda que todas as direitas emergentes participem das eleições para ganhar seguidores e, em algumas ocasiões, tenham chegado ao governo por meio do voto, não são, na realidade, democráticas. Se necessário, estão dispostas a empregar a violência para alcançar suas metas.

Quando Trump perdeu as eleições em 2021, por exemplo, não teve escrúpulos em enviar paramilitares para tomar o Congresso e impedir a proclamação do presidente Biden. Da mesma forma, Bolsonaro perdeu as eleições, nunca reconheceu a derrota e incentivou seus seguidores a rezar às portas dos quartéis para que os militares dessem um golpe de Estado e, depois, tomassem e saqueassem os edifícios ministeriais. Na Bolívia, Mesa e Camacho convocaram seus seguidores a queimar urnas eleitorais e aplaudiram quando as tropas militares saíram a assassinar indígenas que respaldavam o governo democraticamente eleito. Kast e Abascal, por sua vez, são grandes defensores dos ex-ditadores Pinochet e Franco e consideram que suas ações sanguinárias foram necessárias para “frear o comunismo”. Não perdem a esperança de que, no futuro, serão necessárias ações similares.

Para essa extrema direita, a democracia não é um princípio inegociável, senão um meio provisório e meramente instrumental para alcançar suas metas de promover o mercado e as sacrossantas hierarquias racializadas dos vencedores. Porém, diferentemente de antes, quando acreditavam que a autoridade do mercado era fruto do convencimento e de sua superioridade histórica, agora creem que é preciso impor ela... a pauladas, se necessário. Acreditam que a democracia premiou uma maioria incompetente e ignorante e

que, por razões de “saúde pública”, é necessário enfiá-la à força nas virtudes do individualismo, do mercado e da lei do mais forte.

A democracia lhes parece um excesso; os direitos um exagero e um insulto à igualdade. É por isso que não se envergonham em defender assaltos a parlamentos: estão dispostos a massacres e golpes de Estado e consideram que as ditaduras salvaram a sociedade do caos. Não são democratas por convicção, mas sim por utilidade tática.

Por trás do seu grito de defesa da “liberdade individual” se esconde a violência purificadora contra o público, o coletivo, o comum, o associado. Não há tentativa de convencimento de suas virtudes, só uma fúria desatada para se impor contra o “esquerdista”, que consideram uma calamidade mental. E por isso não dissimulam o desejo pelo seu extermínio físico.

Segunda hipótese: A direita autoritária cresce nos tempos de crise econômica e política

Ainda que as direitas autoritárias tenham uma longa existência, o certo é que os momentos de crises econômicas e turbulências políticas constituem terrenos particularmente férteis para seu crescimento e sua capacidade de disputa no terreno político.

Nos momentos de estabilidade e crescimento econômico – ainda mais quando se dão sob o guarda-chuva do neoliberalismo –, as direitas autoritárias são pequenas e marginais. Deixam testemunho de que estão ali, como guardiães da estabilidade, mas não se esforçam para se tornarem força dirigente. Claro, há uma ordem econômica que “funciona”, há regras que se cumprem e os lucros empresariais se expandem sem que o mal-estar social dos necessitados coloque em xeque o regime. São momentos de hegemonia das direitas, de consensos amplos e tolerâncias passivas das classes subalternas perante as classes dominantes. Para as grandes elites proprietárias, o mundo funciona civilizadamente e os apelos furiosos à ordem não são necessários para que as hierarquias se respeitem. Podem se dar inclusive ao luxo de cooptar a pessoas de esquerda arrependidos, que agora suplicam por um espaço sob o guarda-chuva da legitimidade cultural neoliberal.

Mas, as coisas mudam quando a economia estanca, o crescimento se reduz, os mercados se retraem, os lucros se comprimem e os excedentes a redistribuir a conta-gotas se secam. A frustração cresce entre as classes populares; o mal-estar se expande e todos começam a buscar saídas para a angústia por meio de opções diferentes das predominantes. Assim, a hegemonia inicia seu declínio.

Entre as elites dominantes se fragmenta a confiança na velha ordem; elas também discordam sobre como retomar o curso do enriquecimento e da passividade da sociedade. Estes são momentos de divergência entre as elites sobre o melhor caminho a seguir. Uns lutam por manter as coisas como estão, outros consideram que é preciso ceder parte dos benefícios para aplacar as classes mais pobres, enquanto outros consideram que é preciso cerrar os punhos e defender a velha ordem com renovadas doses de autoridade.

Vendo como o modelo dos antigos consensos políticos se dissolve e cresce o descontentamento social contra as instituições, as direitas autoritárias, até então uma força minoritária, agora consideram-se chamadas a preservar a “civilização” que começa a desmoronar. Não buscarão defender o governo existente nesse momento – seja de direita ou progressista –, mas recuperar uma ordem imaginada do passado em que o mercado funcionava, as hierarquias eram respeitadas e os pobres não reclamavam. Só que para isso, ao invés da sedução defendem a sanção, o castigo e a vingança contra aqueles que consideram como responsáveis dessa desordem, tanto econômica como moral: sindicatos “gananciosos”, imigrantes que “roubam” empregos, mulheres que “exageram” em seus direitos, indígenas “igualados”, comunistas que envenenam almas etc.

Sem compreender que o debilitamento do projeto neoliberal é resultado de seus próprios limites, confiam que o disciplinamento feroz dos rebeldes será a chave para que a sociedade possa retornar à conformidade dos velhos valores morais. A incerteza e a desesperança são terreno fértil para sua intervenção. Desprezam a

solidariedade e a ação em comum para remontar às adversidades, que lhes parecem uma heresia contra os valores do indivíduo e da propriedade. As direitas autoritárias fomentam a salvação individual porque consideram que no mercado aqueles que são capazes triunfam e os ineficientes perdem, e também porque sabem que a frustração individual na solidão é a melhor garantia para a recepção do messianismo político do grande pastor que conduzirá seu rebanho à redenção.

Essas são direitas autoritárias que buscam canalizar o medo social à incerteza e a ausência de futuro ao ódio, à vingança e ao castigo. Anseiam pela velha estabilidade do mercado, odeiam os direitos cristalizados no Estado; lhes indignam a igualdade porque consideram que isso destrói as hierarquias sagradas da empresa, da família e da servidão individual. São melancólicos de um idílico passado mercantil onde os capazes tinham o seu e os fracassados o merecido desprezo da marginalidade. A imposição e a força como método generalizado, embora os distinga e lhes dê segurança para perseguirem seus objetivos, constitui também o sintoma revelador da fase decantadora do próprio neoliberalismo que defendem.

Terceira hipótese: a extrema direita é a outra face da centro-direita

Já dissemos antes que as direitas autoritárias não nascem do nada. Não aparecem de repente. Sempre estiveram aí, acomodadas sob a ala das direitas centristas e moderadas. Nos tempos de estabilidade econômica são minorias ativas que, nos seus cenáculos, como monges reservados, guardam a sagrada chama do mercado e da autoridade. Mas, quando estalam as crises, abandonam seus monastérios e saem como apóstolos a recrutar seguidores. E o fazem, em primeiro lugar, entre as fileiras das direitas moderadas que se encontram desorientadas pelo mal-estar social, a divergência entre as elites e a desvalorização de suas antigas receitas econômicas.

As direitas fracassadas alimentam a extrema direita. Não há necessidade de conversão de crenças, já que se trata simplesmente

de uma transição para posturas mais firmes. Ao fim e ao cabo, as direitas moderadas em seus tempos de glória também abraçaram o livre mercado, a austeridade fiscal, a redução dos impostos e o controle salarial, como demandam agora as direitas autoritárias. Só que as primeiras compreendiam que para essas políticas serem duradouras era preciso amortizar o ajuste com políticas sociais pontuais, garantir o gotejo da riqueza para alentar o consumo e tolerar um ou outro progressismo cultural.

Mas, quando a economia estala e os recursos a serem distribuídos se secam, o direitista moderado entende que perseverar no mesmo caminho pode gerar maiores riscos à sua propriedade. Logo, lhe é natural sintonizar com aqueles que falam de mudança, mas em sua mesma linguagem mercantil e proprietarista. Entre a centro-direita e a extrema direita há, pois, uma afinidade eletiva que permite simplesmente modular os graus de intensidade de suas adesões. A passagem da primeira postura para a segunda – e vice-versa – não requer uma crise existencial do militante.

Entre ambas existe um contínuo: separado por uma fronteira difusa que se escora no centro ou no extremo dependendo da gravidade da crise que se atravessa. Por isso que os energúmenos que falam em “exterminar os de esquerda”, que aplaudem o livre uso de armas para aniquilar a delinquência, que consideram lícito vender partes do corpo ou que celebram que se deixe de proteger os pobres, são os mesmos vizinhos que anos atrás escondiam sua simpatia pelas ditaduras ou que pensavam em silêncio que a ajuda social aos mais pobres deveria ser reduzida ou mais seletiva.

São as mesmas pessoas que votavam ao centro, mas agora têm medo, inquietos e buscam se segurar em algo que lhes devolva um mínimo de certeza. E o mais próximo e imediato a suas adesões ideológicas de centro-direita é a extrema direita, que não só tem uma explicação do porquê as políticas de centro fracassaram, mas que também prometem uma solução imediata – ilusória e falaz, mas solução afinal – em meio ao caos imperante. Essa é a primeira fonte da qual se alimenta a expansão da extrema direita. E as-

sim, ao fim e ao cabo, por trás do democrata de direita se esconde, como uma dupla personalidade adormecida, um enfurecido direitista autoritário.

Quarta hipótese: a extrema direita cresce como reação material e moral à igualdade

Geralmente, na história política das sociedades do mundo, os progressismos e as esquerdas políticas são forças minoritárias quando os programas econômicos e de legitimação de políticas conservadoras atravessam uma etapa de expansão e apogeu. São tempos em que o consenso do mercado, da meritocracia e do empreendedorismo dominam o imaginário social. Há crescimento econômico e governa a esperança de que se poderá melhorar a renda familiar pelo esforço próprio. O horizonte preditivo da sociedade se move em torno do mercado e do risco individual, como nos anos 90 do século XX.

Quando isso falha, aumenta o desemprego, a riqueza se concentra em muitas poucas mãos, caem os salários e as oportunidades de crescimento ficam truncadas. As direitas governantes ficam aturdidadas ante seus fracassos e, antes que a extrema direita possa reagir, é mais provável uma expansão das forças progressistas e de esquerda. Os velhos paradigmas de organização econômica desmoronam, especialmente entre as classes populares, e as pessoas se desprendem das expectativas anteriores ancoradas ao mercado que, no fim das contas, só os trouxe empobrecimento e abandono.

É quando as pessoas se encontram disponíveis a revogar antigas crenças e aderir a outras novas. E se nesse momento existe um progressismo audaz que persegue de maneira crível o fortalecimento dos bens comuns do Estado para ampliar os direitos sociais dos necessitados, é previsível que essa aposta sintonize diretamente com a própria memória histórica das classes subalternas sobre os momentos de bem-estar conquistados mediante um Estado redistributivo e benfeitor. São tempos de ondas progressistas, como ocorreu no início do século XXI no continente latino-americano.

É provável que, na crise, uma parte das classes populares e médias se incline para projetos de direita. Mas, também se inclinam para o progressismo, permitindo-o eventualmente a vencer eleições. Já no governo, se o progressismo toma medidas imediatas de reforma econômica para ampliar os bens comuns, distribuir a riqueza e proteger os mais fracos, a pobreza começará a ser revertida, aumentará o consumo interno e se favorecerá o crescimento econômico. Quanto mais audazes sejam essas mudanças de ressignificação da riqueza, maior será a mobilidade social ascendente das classes populares.

Junto com a ampliação do consumo dos setores empobrecidos crescerá o mercado interno e se expandirá a base das classes médias de origem popular. Assim, da clássica figura do triângulo achatado, com uma gigantesca base de pobres, uma classe média esquelética, e um vértice de ricos – imagem típica das políticas neoliberais –, se passará a uma figura mais parecida a um losango, com um amplo espaço no centro, composto pelas classes médias, tanto tradicionais quanto emergentes, e um decrescente setor pobre. Essa é a imagem que mostra o êxito das políticas de igualdade que caracterizaram alguns dos governos progressistas na América Latina.

A missão do progressismo e da esquerda é precisamente aumentar a igualdade, e isso se faz gerando riqueza, distribuindo-a melhor e reduzindo as diferenças entre os que têm mais e menos, tudo isso por meio de políticas estatais de justiça econômica, tributação progressiva e nacionalização de bens estratégicos.

Mas, junto ao crescimento das novas classes médias de origem popular se produz, inevitavelmente, uma desvalorização do status e dos privilégios das classes médias tradicionais, que veem a perda da exclusividade de seus colégios privados, de seus locais de lazer, de seus destinos de férias ou de postos de trabalho anteriormente reservados para suas redes familiares. E se as classes populares favorecidas pelas políticas progressistas são ainda de origem indígena ou afrodescendente, não são só o status e as distinções

de consumo das tradicionais classes médias que se veem afetados, mas também sua hierarquia, seu capital étnico, que seja pela cor de pele, pelo sobrenome ou pela localização geográfica, lhes garantiam anteriormente o acesso a determinados privilégios.

Em todos os casos, a igualdade econômica – que em termos de rendimentos monetários, amplia a classe média – gera desvalorizações classistas e, com isso, ressentimento dos igualados. Os setores médios tradicionais afetados não perdem renda, nem propriedade. De fato, essas aumentam. Mas, em conjunto, também aumentam (e a uma velocidade maior, se as coisas são bem feitas) a renda dos setores populares, que graças às políticas estatais agora podem poupar, comprar uma pequena moradia, mandar o filho para a universidade, melhorar seu consumo etcétera.

Essa é a igualdade em ação, e ainda que inevitavelmente provoque aversões e resistências (inclusive ressentimentos viscerais, caso as diferenças classistas estiverem acompanhadas de distinções étnicas), o progressismo não pode permitir-se retroceder ou mudar de direção. Esta democratização da renda e dos consumos não só desmontará a velha ordem hierárquica da sociedade, mas também a ordem moral do mundo inscrito na cor da pele.

Em todo caso, a igualdade será assumida como uma injustiça que se buscará ser revertida de qualquer maneira, de preferência violentamente para restabelecer as velhas hierarquias étnicas. A extrema direita racializada será então o melhor refúgio para os segmentos das classes médias que verão com espanto como as cores e a estirpe do poder se “enegreceram”. Conter o índio, se é que não se possa eliminá-lo, ou expulsar o imigrante pobre, se é que não se possa detê-lo na fronteira, serão as novas linguagens profílicas com que a extrema direita buscará dar coesão a seus novos seguidores recrutados entre as classes médias tradicionais.

Quinta hipótese: A extrema direita cresce pelas decepções dos progressismos

A extrema direita cresce em oposição à efetividade das políticas de igualdade que podem impulsionar as esquerdas e os

progressismos governamentais. Nesses casos, sem embargo, é possível isolar ou fragmentar esses impulsos anti-igualitários criando continuamente maiorias sociais e políticas com o êxito da igualdade.

Não se pode acreditar que é o aumento do consumo dos setores populares emergentes que os podem levar a posições de direita: é a incapacidade que por vezes o progressismo e as esquerdas mostram para compreender as novas expectativas, aspirações e formas organizativas que adquirem estes setores populares emergentes que os levam, eventualmente, a abraçar posições conservadoras. Mas, o que realmente provoca um dano demolidor na articulação entre progressismo político e importantes setores populares é a frustração que pode provocar um governo progressista ao tomar decisões que não detenham (ou mesmo aumentam) a deterioração da economia popular.

As pessoas apoiam as esquerdas e os progressismos porque experimentaram na própria carne o abuso e o empobrecimento neoliberal. Mas, se o progressismo que chega ao governo prometendo bem-estar e proteção não cumpre o que prometeu ou piora as condições de vida das classes populares, o que se produz inicialmente é um colapso cognitivo de adesões e esperanças. O estupor se apodera de tudo; as crenças se diluem, o desânimo e o descontentamento inundam tudo. Os humildes se sentirão traídos e, então, buscarão agarrar-se a qualquer nova solução que lhes devolva a certeza imaginária de um futuro e que permita punir aqueles que os defraudaram.

O apoio dos setores populares a soluções autoritárias de direita será a via para exteriorizar essa raiva coletiva. Não é que o povo tenha se tornado neoliberal, nem que tenha abraçado a crença de que todos podem ser empreendedores exitosos, ou que os direitos e os bens comuns resguardados pelo Estado tenham que ser destruídos. O que ocorre é que as classes populares não podem suportar mais a incerteza de um futuro que não aparece e, por isso, precisam agarrar-se a algo que os devolvam um mínimo de crença

em dias melhores. Qualquer coisa, desde que diferente do que estão suportando agora. É melhor que o possam fazer distanciando-se daqueles que os desiludiram, rejeitando o que representam: a proteção do Estado.

A extrema direita se alimenta por sua vez da passividade dos progressismos, de sua moderação ante os graves problemas, de sua falta de compromisso com os sofrimentos mais intensos que dilaceraram o corpo popular. Não se pode pedir às pessoas que atuem com consciência quando a pobreza interminável dilacera os estômagos de seus filhos. É o progressismo que precisa tomar consciência dessa pobreza e atuar imediatamente em conformidade, como soube fazer em outras ocasiões.

Se esse refluxo social vem ainda acompanhado de uma inflação que o progressismo não pode conter ou a agravou, a disponibilidade social para políticas de shock e antiestatais será inevitável. E a inflação dissolve, como o ar nas mãos, o artefato coletivo mais importante e estável para medir, salvaguardar e alterar o esforço de trabalho das pessoas: o dinheiro. Com isto, desaparece qualquer antiga lealdade para com os governantes e para com o Estado que permitiu este colapso. Se a tudo isso somarmos também a proximidade na memória popular de um Estado que durante a pandemia trancou a sociedade além do que era economicamente e fisicamente tolerável, então não há dúvidas de que os sedimentos libertários e antiestatais, que habitam fragmentos do senso comum, serão convocados e reforçados.

Mas, a essa altura vale a pena se perguntar por que essa frustração popular não se canaliza para saídas mais de extrema-esquerda ou revolucionárias. A razão é que a experiência popular como corpo mobilizado, como conquista de direitos coletivos e cotas de poder transcorreu no interior das bandeiras do progressismo durante décadas. A menos que uma explosão social seja a base da memória histórica, a evocação de qualquer forma do popular e de suas conquistas coletivas tomam corpo no progressismo, mesmo contra sua própria vontade.

Essa é a lógica das profundas e duradouras lealdades populares forjadas nos momentos ígneos da história social. Isso é o que mantém a lembrança dos grandes líderes e grandes conquistas históricas com cujas bandeiras uma vez ou outra os progressismos chamam a mudar o mundo. Mas, ao mesmo tempo, essa é também a fronteira à qual as pessoas associam, se necessário, o fracasso da capacidade de transformação progressista e de esquerda, e a razão pela qual decidem abraçar soluções autoritárias e de direita. Quando o progressismo tem raízes profundas e históricas na íntima experiência popular, o fracasso do progressismo é o fracasso de qualquer esquerda possível.

Recapitulando, a extrema direita cresce no calor das crises econômicas devorando as direitas moderadas. Se solidificam em setores médios ante o avanço das políticas exitosas de igualdade e adquirem apoio popular nos momentos de decepção com o progressismo moderado. Para onde se olhe, são e serão atores de primeira linha enquanto se mantenha a crise geral.

Sexta hipótese: A extrema direita será derrotada saindo da crise econômica com maior igualdade material, redistribuição da riqueza e bem-estar popular

O que fazer quando o neoliberalismo paleolítico ganha força e quer colonizar os ímpetus de mudança e bem-estar? Não é por acaso que o inimigo público dessa onda regressiva e repressiva nas mãos de um tipo de neoliberalismo das cavernas sejam os direitos sociais inscritos no Estado.

O Estado é o receptáculo do comum de uma sociedade. Sob a forma de monopólios e burocracias, o Estado é o depositário de uma parte de toda a história comum produzida pelo povo; é a condensação das lutas em comum, o comum de suas vitórias e derrotas; sintetiza suas conquistas coletivas, sua épica e seus bens acumulados ao longo de décadas e séculos. O Estado é a cristalização dos direitos das pessoas conquistados em mil batalhas – inclusive contra o próprio Estado – que, para se manter ao longo do tempo e ser herdado pelas novas gerações, se institui

como lei, como norma, como orçamento e como instituição no próprio Estado.

O Estado não é a lei, nem produz a lei do povo. Os direitos são conquistados pelo povo mediante greves, paralisações, marchas e insurreições. Para consagrá-los e mantê-los após o tempo das grandes batalhas, o próprio povo procura o registro e a institucionalização dessas lutas no Estado na forma de direitos, com força legal e efeito vinculante. É certo que também no Estado gravitam predominantemente as influências e a força dos poderosos. Mas, para se legitimarem, precisam tolerar, aceitar ou suportar a história e as vitórias – tanto as pequenas como as medianas – do povo.

Essa é a dimensão paradoxal dos Estados: são estruturas de dominação, mas também de inclusão, de congregação e de defesa do povo. Trata-se de uma fluída e mutável tensão, que é inerente à sua existência.

Por isso, quando os neoliberais autoritários se propõem a “dinamitar” o Estado, o que querem fazer é dinamitar antes de tudo a história de lutas e direitos que o povo conquistou com sangue e sacrifícios. O que pretendem é apagar o pouco (ou o muito) de direitos comuns que as sociedades lavraram ao longo da história: a educação pública e gratuita, a saúde pública, os bens públicos, os recursos comuns (a água, os minerais, o lítio), ou os serviços públicos, que após o grande colapso induzido, como sempre aconteceu em todas as afrontas liberais, será leiloado a um bando de ricos que procuram expandir a sua riqueza privada com a riqueza pública.

A substituição do público pelo privado, pelo mercado, é a extinção do que o povo tem em comum, dos laços e do destino que o une como comunidade histórica. A propriedade privada que se oferece como o bezerro de ouro dos egoísmos individuais é o oposto do comum em uma sociedade. É a conversão de uma nação em um conglomerado de zumbis atomizados submetidos despoticamente à grande propriedade de uns poucos endinheirados. Pois é privada, ou seja, propriedade de uns poucos que excluem, rou-

bam e submetem outros tantos. E quanto maior é, mais exclusiva e excludente se torna.

Por isso as oligarquias não têm pátria. Nunca a tiveram, nem querem ter. Porque não têm nada em comum com o resto do povo. Mais do que isso, lhes têm desprezo e vergonha. Mas, ao mesmo tempo, precisam do povo, porque sua riqueza privada nasce do roubo da riqueza comum produzida pelo resto. As oligarquias precisam do povo para sugar seus esforços, para expropriar seus bens comuns.

É a isso que se referem quando falam em “dinamitar” o Estado. Mas, o paradoxo é que seu antiestatismo é, na verdade, um estatismo envergonhado e falaz, pois precisam do Estado para esvaziar e privatizar o próprio Estado em benefício de diminutas oligarquias. Os “antiestatistas” necessitam do Estado também para coagir e impor a força contra os rebeldes. O mercado não consegue fazer isso. Só o Estado tem a força coercitiva legal, quer dizer, comum e reconhecida por todos, para garantir e defender o direito à grande propriedade e a riqueza de poucas pessoas.

Na sociedade, perder a batalha dos direitos e do comum contra a grande propriedade é perder a batalha do que transforma um conglomerado de habitantes de um território em uma nação. E a única forma de defender o que foi alcançado em comum e em direitos é expandir o comum e os direitos. As pessoas não podem preservar os seus direitos sem avançar em direção a novos. Só preservar implica retroceder.

Por isso, a única maneira de derrotar a extrema direita, de impedir que cresça, é resolver a crise econômica e a crise de esperança que alimenta. É preciso resolver a crise, mas não em favor dos ricos, mas em benefício comum dos pobres, dos trabalhadores. Tomar a riqueza acumulada em poucas mãos para distribuí-la melhor entre as pessoas comuns e aumentar a produção para produzir mais riqueza a ser distribuída entre todos. Os paliativos temporários não resolvem o problema e incentivam a angústia.

Assim, o primeiro problema a ser abordado pela sociedade e por qualquer governo progressista, nesta onda ou nas que virão,

são as melhorias rápidas e visíveis no rendimento econômico de uma forma duradoura e previsível ao longo do tempo. A inflação corrói a certeza diária das famílias e, com ela, as lealdades e o apoio político.

Para contrariar isto, só existem duas formas no mundo: ou o rendimento real da maioria é mutilado ou os lucros dos empresários são reduzidos. O progressismo e a esquerda só são verdadeiramente progressistas ou de esquerda se fizerem o último. Controle de preços, controle do comércio exterior, aumento dos impostos sobre a riqueza, eliminação de isenções de privilégios que estabilizam o valor da moeda e do salário real dos trabalhadores, nacionalização de empresas estratégicas que geram elevados excedentes.

Temos de por de lado o velho credo liberal de ajuste e austeridade fiscal. As economias mais avançadas têm uma dívida média entre 100% e 150% do seu PIB e, apesar disso, estão implementando planos multimilionários para empregos, modernização de obras públicas (Estados Unidos), subsídios à energia (Europa) e subsídios às indústrias estratégicas de softwares, energias limpas, inteligência artificial (Estados Unidos e Europa).

Nas nossas latitudes, é essencial proporcionar sustentabilidade ao longo do tempo às reformas sociais, para que não dependam das flutuações dos preços das matérias-primas. Isto significa promover processos seletivos de reindustrialização em grande escala e massivos em pequena escala, tanto públicos como privados. O continente necessita de um choque de industrialização de matérias-primas, alimentos, energia verde, química básica, eletrodomésticos, carros elétricos etc. Mas também exige um choque de industrialismo nas microáreas de consumo local, no artesanato, nos pequenos negócios e nos serviços, onde está localizada a maioria da população trabalhadora.

O importante é criar uma base produtiva duradoura e ecologicamente sustentável para redistribuir a riqueza comum da sociedade e ampliar novos direitos coletivos. Ao fazê-lo, simultaneamente, será possível promover um novo horizonte de futuro

mobilizador e garantir a adesão democrática da população, para que a democracia e o protagonismo social estejam associados à igualdade e à justiça econômica.

Durante quinze anos a América Latina e o mundo viveram no meio de um vórtice de transição da economia global para outro modelo mais fragmentado. É um vórtice caótico cheio de incertezas, cheio de perplexidades e complicações, de novas ondas e contraondas, tanto progressistas como conservadoras, sem que nenhuma delas ainda tenha sido capaz de se estabilizar. Esta situação poderá durar talvez mais uma década, anos que serão repletos de vitórias curtas e de derrotas também curtas.

Mas, esse fluxo e contrafluxo não pode durar indefinidamente. A situação tenderá a estabilizar-se. De que maneira se estabilizará, se adotando traços conservadores e autoritários ou progressistas e democráticos, depende do que façamos hoje. Depende da audácia e perseverança com que as distintas forças políticas e classes sociais concorram ao encontro da História. E, oxalá, nesse enorme turbilhão de forças contraditórias, as forças da justiça social, da igualdade radical e da comunidade triunfem sobre as do egoísmo, da grande propriedade e do autoritarismo.

Este artigo foi adaptado de uma palestra proferida por Álvaro García Linera na Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata (Argentina) em 22 de setembro de 2023.